



MINISTÉRIO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES

10  
4  
A

## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2001.

Tendo em vista a operacionalização da participação dos municípios nas comissões de protecção de crianças e jovens, o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, e pelo Ministro da Justiça e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo Presidente, acordam:

1. Estabelecer o seguinte entendimento relativamente aos artigos 10.º, 14.º, 16.º, 20.º, 22.º e 33.º, da referida Lei de Protecção:
  - a) A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo consagra a não oposição da criança (art. 10.º LPCJ). Não se trata de um consentimento mas sim de uma não oposição, ou seja, não é uma norma peremptória, podendo não ser impeditiva da acção da Comissão de Protecção, antes dependendo da apreciação da capacidade da criança para compreender o sentido da intervenção (art. 10.º n.º 2 da LPCJ).
  - b) A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo consagra a existência de um fundo de maneo (art. 14.º da LPCJ) que assegure o funcionamento das comissões de protecção.

Este fundo destina-se a suportar despesas ocasionais de pequeno montante resultantes da acção das comissões de protecção junto das crianças e jovens e das suas famílias, sempre que não seja possível assegurá-las através dos recursos formais.

A gestão deste fundo de maneo é feita bipartidamente pelo Presidente da Comissão e pelo representante da Segurança Social da mesma.

O funcionamento deste fundo é da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

- c) A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo consagra a existência de comissões de protecção de crianças e jovens, instituições oficiais não judiciais com as atribuições previstas nos artigos 18.º e

21.º cabendo-lhe intervir, se necessário, após a intervenção das entidades vocacionadas para a resolução de problemas específicos, designadamente hospitais e polícias.

A comissão de protecção de crianças e jovens tem a capacidade de se auto organizar, devendo para o efeito proceder à elaboração de um regulamento interno que preveja, de acordo com a disponibilidade das entidades locais que a compõem, quais os membros, ou os técnicos em sua substituição, que integram a comissão a funcionar na modalidade restrita, sem prejuízo das inerências previstas no n.º 2 do artigo 20.º da referida Lei de Protecção, regulamento interno que igualmente preveja o horário e todos os outros aspectos relativos ao seu funcionamento.

Simultaneamente, as entidades envolvidas, designadamente as representantes do Estado, responsabilizam-se pelo seu funcionamento nos termos da definição das competências de cada uma.

Relativamente ao regime de permanência/contactabilidade permanente (o que não implica um horário contínuo de 24 horas), tal é igualmente definido por cada comissão, assegurando-se à partida a adequada disponibilidade de todos os representantes, designadamente os da administração central.

Quando a representação do município, na modalidade de funcionamento restrita, implicar disponibilização de um técnico e/ou de um funcionário administrativo bem como a cedência de viatura, poderá haver lugar à contratualização com o Governo, de acordo com critérios a definir.

- d) A Lei de Protecção consagra no seu art. 33.º que a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco pode solicitar às entidades competentes, por iniciativa própria, das comissões de protecção auditorias e inspecções.
- e) A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo consagra no seu artigo 72.º as competências do Ministério Público relativamente ao acompanhamento das comissões de protecção tendo em vista apreciar a legalidade e adequação das decisões, (a fiscalização da sua actividade processual) e a promoção dos procedimentos judiciais adequados.

Com esta finalidade o Ministério Público deve ser convidado a estar presente nas reuniões.

2.

- a) Os encargos resultantes do apoio logístico às comissões de protecção de crianças e jovens, da responsabilidade dos Municípios, previstos no artigo 14.º da lei de Protecção, podem ser objecto de contratualização com o Governo.

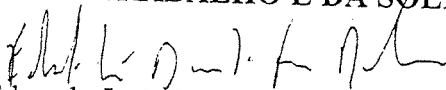
- b) O Governo comparticipará no funcionamento de cada Comissão, até ao montante mensal de 300.000\$00, nos termos a acordar, em função das suas despesas, actividade processual e medidas de protecção aplicadas.
3. Em 2001, o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses promovem a constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação da aplicação da Lei de Protecção.

Constituirá objecto de estudo da referida Comissão a experiência da aplicação da Lei, designadamente as matérias relativas ao funcionamento das comissões de protecção de crianças e jovens, à participação do Ministério Público e do Instituto de Reinserção Social, cabendo-lhe elaborar relatórios periódicos e formular propostas ao Governo de alteração do quadro legal vigente.

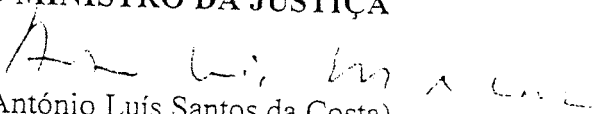
4. A <sup>Ana</sup>Comissão Nacional de Municípios Portugueses designará o seu representante para a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco e comunicará de imediato aos Municípios o teor do presente Protocolo, de modo a que participem activamente no funcionamento e reestruturação das Comissões de Protecção de Menores.

Lisboa, 10 Janeiro 2001

**O MINISTRO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE**

  
(Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues)

**O MINISTRO DA JUSTIÇA**

  
(António Luís Santos da Costa)

**O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE  
MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

  
(Mário Hermenegildo Moreira de Almeida)